



UMA REFLEXÃO SOBRE O AMBIENTE ONDE SÃO TOMADAS DECISÕES REFERENTES A POLÍTICAS PÚBLICAS EM UM SISTEMA DEMOCRÁTICO

Luciano Fernandes¹

RESUMO

Este trabalho apresenta uma reflexão sobre o ambiente onde são tomadas as decisões referentes a Políticas Públicas em um sistema democrático, tendo como fundamentação aspectos das relações formais e informais identificadas no ambiente político. Para a realização desta reflexão utilizou-se para a abordagem do problema uma pesquisa exploratória tendo como procedimento técnico a pesquisa bibliográfica com uma abordagem qualitativa sobre o tema com autores renomados como Lindblom, Coimbre, Room, Marshall, entre outros. Esta reflexão resultou em um aprofundamento sobre o ambiente em que são tomadas as decisões referentes a Políticas Públicas em um sistema democrático, contribuindo desta forma para uma melhor compreensão do tema.

Palavras-chave: Ambiente Político. Políticas Públicas. Sistema Democrático.

ABSTRACT

This project presents a reflection about the environment where the decisions are made referent to the Public Politics in a democratic system, by having as reasoning aspects formal and informal relations identified in the politic environment. In order to carry out this reflection, an exploratory research was used to approach the problem, by having as a technical procedure the bibliographical research with a qualitative approach about the subject with renowned authors such as Lindblom, Coimbre, Room, Marshall, among others. This reflection resulted in a deepening about the environment that are made the decisions referent to the Public Politics in a democratical system, contributing thus to a better comprehension of the subject.

Key-words: Politic Environment. Public Politics. Democratic System.

INTRODUÇÃO

¹ Docente da Faculdade Dom Alberto e do CEP SENAI Carlos Tannhauser, Graduado em Administração (UNISC) e Ciências Contábeis (FAVENI), Magíster en Política y Gestión de la Educación (CLAEH – Montevideu. UY), Especialista em Marketing (UNISC), Comunicação Empresarial (FAVENI), Antropologia (FAVENI) e Música e Arte (FAVENI).

Os grupos representativos da sociedade compostos por pessoas eleitas pela maioria em um sistema democrático podem ser definidos como profissionais da política. Além dos eleitos que representam a sociedade formalmente por meio de decisões que impactam diretamente e indiretamente na esfera social, política e econômica, também fazem parte deste grupo as pessoas que não foram eleitas, porém possuem influência nas decisões tomadas pelo grupo eleito. Neste grupo estão as pessoas que possuem afinidade com uma linha ideológica e aderem a estas ideologias por meio da filiação em partidos que defendem os mesmos interesses, líderes comunitários que influenciam as decisões das pessoas que fazem parte da comunidade a que pertencem, líderes de organizações não governamentais compostas por membros que lutam por uma causa e influenciam seus membros e seguidores a adesão e indicação dos representantes formais que tomarão as decisões impactantes.

Nesta breve introdução pode-se perceber que a dinâmica que envolve a política em um sistema democrático é complexa e de difícil previsibilidade na determinação de políticas públicas que afetam a vida de toda uma sociedade.

Neste sentido, o Objetivo Geral deste trabalho foi compreender como funciona o ambiente que transcorrem as decisões relacionadas a Políticas Públicas em um sistema democrático?

Para alcançar este objetivo, foi necessário atingir os seguintes Objetivos Específicos:

Compreender o relacionamento entre os membros que tomam as decisões relacionadas a Políticas Públicas.

Compreender a influência da informalidade das relações entre os profissionais da política.

Compreender as barreiras que impedem que projetos sejam aprovados nas decisões políticas.

Este trabalho se justifica por sua relevância na atualidade, visto que é importante compreender o funcionamento do processo de decisão na esfera política no qual

impacta diretamente na vida de todas as pessoas que fazem parte de uma sociedade guiada pelo sistema democrático.

Para a realização deste trabalho foi utilizado como metodologia a pesquisa bibliográfica com uma abordagem qualitativa na qual buscou-se aprofundar e refletir sobre o tema utilizando referenciais como: Lindblon, Coimbre, Room, Marshall, entre outros. Optou-se pela pesquisa bibliográfica em função de ser a mais apropriada para atender aos objetivos propostos. Para Marconi (2021), a pesquisa bibliográfica proporciona o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, podendo chegar a novas conclusões bem como novos questionamentos decorrentes das transformações que a sociedade vivencia ao longo do tempo. Para a análise, optou-se pela abordagem qualitativa, utilizando-se dos métodos de inserção interrogativa e da categorização. Segundo Walliman (2015) a inserção interrogativa levanta questionamentos implícitos em textos fornecidos pelos próprios autores, sendo possível desta forma, revelar a lógica ou falta de lógica dos discursos. Já a categorização, Walliman (2015) expõem que esse método possibilita a análise do modo como escritores percebem os pontos de vista defendidos pela sociedade bem como o comportamento esperado das pessoas em diferentes situações sociais e períodos em que os comportamentos se manifestam. Procurou-se trazer referências que abordam os temas em diferentes períodos de tempo a fim de analisar as diferenças e similaridades de percepções.

DESENVOLVIMENTO

Quando falamos de Políticas Públicas, tratamos de problemas que não podemos resolver na sua totalidade, mas podemos minimizá-los com a utilização eficiente dos recursos disponíveis. Trata-se de um princípio econômico que devemos observar e analisar, visto que os recursos disponíveis são escassos e as necessidades humanas são ilimitadas. Temos a informação das técnicas que são utilizadas de forma saudável e produtiva, porém alinhá-las a realidade, muitas vezes exige um processo de avaliação crítica, cuja tecnologia da informação não está disponível atualmente para analisá-las e, ainda, a vontade política de realizá-las. Trata-se de tendências mercadológicas e decisões governamentais imensuráveis. Nas tendências mercadológicas, existem

ferramentas nas ciências econômicas, que nos dão o suporte para realizá-las, mas quando tratamos de decisões governamentais, nos deparamos com políticas informais. As políticas informais são aquelas que estão nos corredores dos organismos (Câmaras de Vereadores, Câmara dos Deputados, na Assembleia Legislativa, no Senado Federal, no Ministério da Fazenda, no Ministério do Trabalho, no Ministério dos Transportes) onde ocorrem as decisões que darão o rumo de uma nação inteira, ou seja, são aquelas que não temos o controle, pois não sabemos a origem. Esta origem pode acontecer por ofertas de oportunidades pessoais por algum grupo de influencia, por grupos que possuem afinidades e/ou para aqueles que possuem influencia de um grupo representativo da população em geral. Estas observações podem ser evidenciadas quando Lindblom (1991) argumenta que, para entender quem e como se elabora Políticas Públicas é preciso entender em primeiro lugar as características de seus participantes, em que fases e em que papel eles jogam, que autoridade desfrutam e como se relacionam e controlam o trabalho entre si. Ao entender estas características, percebe-se a complexidade e a inviabilidade de se aplicar um modelo eficaz na elaboração de Políticas Públicas. Os interesses são diversos, muitas vezes contraditórios, existem também os interesses de um grupo dominante e até mesmo particulares, combinando esta diversidade pode-se acrescentar o desconhecimento de papéis e funções, pois trata-se aqui muitas vezes de negociações onde a autoridade não corresponde de fato e, somando-se a tudo isso, um sistema ineficiente de controle de informações, que em muitas vezes, o próprio interesse dos participantes não o permite.

Além de Lindblom, Afonso (2012) também apresenta suas argumentações das influências de grupos nas decisões de políticas públicas direcionadas para interesses de uma minoria.

“Empresários e investidores formavam opiniões distintas sobre o futuro dos negócios e, o principal, era possível acionar a política econômica para interferir nesse cenário, incluindo a política monetária. Outro era o caso da crise, que provocava a ruptura das expectativas: as opiniões de empresários e investidores não mais se dividiriam, mas convergiriam em torno de rompimento das convenções. Nesse contexto, também perderia força a política econômica convencional, particularmente a monetária, já que a economia se tornaria

prisioneira da armadilha da liquidez, restando acionar a política fiscal para injetar gasto e, sobretudo, dívida na economia”. (Afonso, 2012, p. 26)

As necessidades sociais são variáveis e difíceis de serem mensuradas. Estas observações podem ser evidenciadas nas colocações de Marcos Antônio Coimbra que diz: “...*todos os modelos teóricos hoje disponíveis padecem de problemas, que precisam ser resolvidos antes de que possamos nos dar satisfeitos com qualquer um.*”(Coimbra, 1989 p. 3)

Os recursos são escassos, mas as técnicas estão evoluindo. A tendência é de que o mercado fará sua opção a longo prazo. Essa tendência pôde-se ser observada na abertura do mercado brasileiro na década de 90. Nesta época ocorreu um ajuste nas estratégias empresariais. Este ajuste fez com que surgissem novas oportunidades de negócios, mas também derrubou muitas empresas sólidas. Esta solidez estava mascarada pelo protecionismo comercial regulado pelo Governo.

Segundo Marsall apud Marcos Coimbra “*Os direitos políticos são os de participar no exercício do poder político, como membro de um organismo investido de autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo*”. Este, representa um direito democrático, porém quantas são as pessoas que querem participar desta chance de decidir as regras de conduta e de decidir os benefícios da população? Estas pessoas que não querem participar, investem através do voto, sua opção de eleger as decisões mais coerentes com seus princípios e valores. Porém, estas decisões que são propostas, nem sempre correspondem com a verdadeira proposta apresentada. Em 1990, o Presidente Fernando Collor de Mello assumiu a presidência do Brasil. O país vivia uma hiperinflação e o desejo da população era degustar, mesmo sem muitas esperanças, uma estabilidade econômica não sentida há décadas. Em sua gestão veio o Plano Collor e uma das ações para reduzir a inflação foi se apropriar dos investimentos aplicados em poupança dos brasileiros. Na época o Brasil já havia passado por vários planos econômicos, com o objetivo de reduzir a inflação. Os meios para se reduzir a inflação são lógicos, porém suas possibilidades de execução são complexas, assim como a reação do mercado. Não deu certo, e o presidente acabou sendo derrotado pela opinião popular.

As normativas elaboradas sob a luz da ética discutida exaustivamente nos sistemas democráticos, são diretrizes que orientam os caminhos que devem ser percorridos para que as decisões sejam tomadas para a coletividade. Porém, o que se observa é que são raras as decisões tomadas com referência ao que foi debatido. Isso pode ser reforçado com as ideias do cientista político Moreira (2014):

“O problema dos Direitos do Homem constitui na atualidade um dos melhores temas de meditação sobre esse problema. Rara, se alguma, constituição escrita deixa de os incluir nas suas disposições solenemente enunciadas, mas são numerosos os Estados que não observam os referidos preceitos, e raros os que não negam terminantemente que os violem. Por vezes esta atitude aparece como que distraidamente documentada, como aconteceu com a ratificação, por Portugal, da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, em 1978. Usando a faculdade de estabelecer reservas à referida Convenção, o que o poder político fez foi declarar expressamente que existem grupos de pessoas às quais não reconhece a totalidade desses direitos, coisa que poderia igualmente fazer sem o declarar.” (Moreira, 2014, capítulo III)

Até hoje, nenhum governo conseguiu fazer com que a população de um país obtivesse os recursos mínimos de valorização geral. Pode-se observar essa ideia conforme Marshall apud Marcos Coimbra “*os direitos sociais vão desde o direito mínimo de bem estar econômico e de segurança, ao direito de participar, por completo, na herança social e a levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade*” (Coimbra, 1989 p. 16). Estes direitos mínimos de bem estar também possuem variáveis. O que são direitos mínimos de bem estar para alguém que não possui moradia, não possui renda fixa, em comparação com quem está em uma situação favorável? Certamente possuem diferentes necessidades, pois se trata de realidades diferentes.

Esta diferença pode ser observada quando analisamos a diferença dos conceitos e aplicação de políticas públicas. Segundo Room apud Coimbra “existiriam atualmente três grandes interpretações da política social: a marxista, a liberal e a social democrata (Room, 1979, cap. 3). Se apresentamos opiniões diferentes sobre métodos de aplicação de Políticas Públicas, isso significa que as aplicações de Políticas Públicas são variáveis e dinâmicas. O que nos permite concluir que não há nenhum método exato para aplicação de Políticas Públicas.

Podemos observar também, esta falta de método eficiente de aplicação de Políticas Públicas nas diferentes ideologias citadas por Marcos Coimbra em sua definição sobre as linhas de pensamento reflexivo sobre as teorias funcionalistas, econômicas, pluralistas, bem como as ideias dos profissionais do serviço social, que por sua vez, são vistos como altruístas e utópicos quando se trata de aplicação do que deve ser feito. Marcos Coimbra apresenta várias objeções quando trata das teorias de aplicação das Políticas Públicas quando confronta as ideias aprofundadas nas teorias citadas acima.

Os modelos de políticas públicas não dão conta de todos os problemas que emergem na sociedade. O objetivo é selecioná-los conforme prioridade de emergência e atuar de forma corretiva a fim de eliminar o problema em evidencia. Porém, a ação corretiva atua somente no próprio problema e não em suas causas. Essa ação faz com que o problema perpetue no tempo, acontecendo desta forma, sua reincidência. A reincidência é evidencia da ineficiência das ações tomadas, pois não foi tratado suas causas, mas sim o problema ocorrido. O trato do problema ocorrido, são características das ações imediatistas que são aplicadas para solucionar problemas emergentes.

Não podemos afirmar que essas ações serão efetivas na solução das causas dos problemas, porém elas minimizam os efeitos futuros. Essa é a visão dos profissionais que trabalham em serviço social, pois são eles que tratam de forma emergencial e imediatista. Podemos evidenciar essa ideia em Marcos Coimbra que diz *“Dito de forma simplificada, a ideia nuclear desta perspectiva é a de “melhoria social” e não a preocupação com o estabelecimento de um corpo de conhecimento sobre as determinações dos problemas sociais”*. Para o serviço social a questão é prática, sendo seus representantes movidos mais pelo desejo de mudar o mundo, do que de entendê-lo”. (Coimbra, 1989, p.12) O impacto destas ações não são mensuráveis, porém são percebidos na melhoria na qualidade de vida de comunidades.

Outro problema que podemos evidenciar é a qualificação dos responsáveis em desenvolver Políticas Públicas. Como o conceito do processo democrático, defendido pelos que sentem maior segurança na tomada de decisões, sempre esta vinculado ao

direito de participação de todos, esta participação põe em vigilância os olhos dos especialistas nas ações dos que fazem parte das decisões fundamentais de ações sociais. Esta liberdade democrática gera custos e morosidade na tomada de decisões. Este fato se deve pelas intensas negociações nas decisões tomadas pelos eleitos pelo voto direto. A Teoria da Cidadania nos remete a este problema social. Podemos observar este problema quando Marshall diz *“Os direitos políticos são os de participar no exercício do poder político, como membro de um organismo investido de autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo”*. (Coimbra, 1989, p. 17). Como pode-se participar de ações sociais, quando os recursos disponíveis não são gerenciados de forma correta, ou seja, sem a qualificação adequada para gerenciá-los? Sem a qualificação, não há a maximização dos recursos. E ainda, os recursos são distribuídos conforme as prioridades negociadas em bastidores informais, nos quais não podemos prever os impactos destas ações. Isso porque, não há um planejamento prévio dos verdadeiros objetivos que tais decisões pretendem atingir. Essa falta de planejamento pode ser evidenciada em Lindblom quando expõe que *“todos escreveram sobre diferentes aspectos da política, nenhum tinha grande interesse na elaboração de Políticas Públicas”* (Lindblom, 1991, p. 9).

A falta de interesse em definir um processo para elaboração de Políticas Públicas se deve ao fato de que os problemas são, em quase sua totalidade, emergenciais. Não se possui muito tempo para avaliar todas as causas que geraram um problema emergencial e tomar a decisão mais correta para tratar as causas. Um exemplo ilustrativo é, quando uma população significativa está morrendo pela falta de alimentos, a ação mais eficaz é tratá-la lhe dando alimentos. O tempo para analisar as causas reais da falta destes alimentos levaria à exclusão física desta população num curto espaço de tempo. Segundo Lindblom (1991), em um mundo democrático liberal, as duas questões mais salientes sobre Políticas Públicas se centram em sua eficácia e o grau de resposta ao controle popular. Segundo Paiva (2017), ações de controle popular podem ser utilizadas para mascarar os reais objetivos que são, na maioria das vezes, a proteção de grupos que fazem parte dos vinte por cento da população conforme Pareto.

“Para além das reais finalidades econômicas – a geração de superlucros – e dos declarados objetivos sociais – a promoção do “bem-estar social” e a diminuição da pobreza –, essas estratégias perseguiram objetivos políticos: afastar a influência dos projetos socialistas das massas. Assim, se a CEPAL visava politicamente inibir a influência que poderia ter a experiência soviética nas populações do chamado “terceiro mundo”, a Aliança para o Progresso tinha como alvo político contrapor-se à influência da revolução cubana sobre os horizontes ideológicos das massas na América Latina. Conforme afirma Schurmann (1974 apud ARRIGHI, 1996, p. 285), a essência do New Deal era marcada pelo fato de que a ajuda aos [...] países pobres teria o mesmo efeito dos programas de bem-estar social dentro dos Estados Unidos – dar-lhes-ia segurança para superar o caos e impediria que eles se transformassem em revolucionários violentos”. (Paiva, 2017, p. 26)

As questões que devem ser respondidas para tratar a eficácia são: de que maneira enfrenta, um governo inteligente, os problemas de uma nação? O Governo sabe o que está fazendo? Debatem em profundidade as políticas dos líderes? Como se explicam seus principais problemas? As questões referentes à controle popular são: quem formula as Políticas Públicas? São as elites? Tem importância as eleições? Países em desenvolvimento estão em constantes ações imediatistas.

Segundo Lindblom (1991), o melhor método de entender a complexidade do processo de elaboração de Políticas Públicas é o de separar a elaboração de Políticas Públicas em suas fases distintas e depois analisar cada uma delas. Primeiro se estuda como aparecem os problemas e se recorre a agenda de decisões do governo sobre Políticas Públicas. Logo em seguida se estuda como se planeja as ações, como procedem os legisladores e finalmente, como se avalia as Políticas Públicas. O problema deste método está novamente na função tempo. O desenrolar do processo acontece simultaneamente. Não existe a separação das partes do processo de planejamento na elaboração de Políticas Públicas. Como separar e definir as partes de um processo se tudo que está sendo resolvido é do ponto de vista popular emergencial? A força da opinião pública que carece de necessidades básicas é poderosa e nenhuma autoridade pública eleita pelo voto irá ser contrário ao atendimento das necessidades básicas e emergenciais. Os que se elegeram e desejaram um estudo mais abrangente e de longo prazo não tiveram o tempo para medir os resultados.

Por outro lado, Lindblom também afirma que o descontentamento dos cidadãos nem sempre facilitará para que sejam elaboradas propostas na agenda de Políticas Públicas. Talvez um líder de um grupo de interesse deva propor uma questão para que provoque a atenção dos políticos. Muitos dos problemas que são colocados na Agenda são determinadas por pessoas que lutam entre si sob a forma de cooperação. E esta cooperação dá ao governo o suporte para as iniciativas. Quem pode se aproveitar destas iniciativas? Quais as vantagens destas iniciativas? As respostas destas questões demonstram que nem sempre a vontade popular é atendida. Pode-se complementar esta colocação com um fato que aconteceu no Rio Grande do Sul. A empresa “Geração Alfa Beta Gama” (nome fictício) foi solicitada para desenvolver um produto eletrônico cuja finalidade era de demonstrar para a população a transparência das contas públicas. Foi desenvolvido o produto chamado Presta Contas. Este produto apresentava os resultados financeiros diários das contas públicas em locais de grande circulação de pessoas. O Produto foi retirado dos locais após três meses de uso, pois as informações referentes aos valores não eram verdadeiras. Ou seja, não refletiam a realidade da situação financeira.

Segundo Lindblom (1991), a aplicação de um método passo a passo leva ao risco de supor que a elaboração de Políticas Públicas tem um fim mediante um processo racional e ordenado com introdução meio e fim. Uma característica das Políticas Públicas evidencia justamente o contrário. A solução para um grupo de indivíduos normalmente é o problema para outro grupo. Essa lógica é evidenciada em organizações privadas também. O atendimento de uma necessidade de um cliente através de um pedido de desenvolvimento de um novo produto gerou o problema de desenvolver este produto pela equipe de engenheiros. Mas o que pode ser observado neste processo é que ambos saem ganhando. Não existe um perdedor. Quem realmente perde nas Políticas Públicas? Os que perdem já não ganharam em um momento da história?

Segundo Lindblom (1991), a dificuldade de se avaliar Políticas Públicas não se converte em impossibilidade de tirar conclusões de avaliação específica ou de etapas concretas de sua elaboração. Como já dito antes, as pessoas querem políticas

democráticas, mas também inteligentes. Porém, não podemos avaliar nem o que queremos no processo democrático. O processo democrático estabelece políticas para a maioria ou para a minoria? A avaliação é difícil e sem conclusão. Neste trecho pode-se observar que as respostas são de difícil visualização. O ambiente em análise é muito dinâmico e ineficiente. Quando não podemos ter as respostas certas e somente suposições, pode-se afirmar que a avaliação é ineficiente.

Segundo Lindblom (1991), a diferença do sistema democrático e autoritário é que, o autoritarismo não permite política de proteção e de liberdade dos cidadãos e o sistema democrático sempre o fazem. Porém não há uma diferença significativa nos resultados atingidos. O processo de política pública pode explicar parcialmente como o governo percebe os diferentes objetivos de política pública. Mas não porque elegem estes objetivos. A resposta do porque elegem determinados objetivos é difícil de se obter em função das complexas negociações que permanecem na informalidade das informações e que não se podem evidenciar através de registros e documentos. O excesso desta modalidade de informação é que impossibilita a avaliação das origens dos objetivos eleitos. Aqui depara-se novamente com o componente informação. A informação só é válida se houver documentos que as validem.

Segundo Lindblom (1991), deve-se refletir sobre duas questões: Como fazer para que as políticas se tornem mais eficazes na solução de problemas? E, como fazer uma política pública que responda ao controle popular?

Quanto a primeira questão, a maioria pensa que a resposta está em mais informação, reflexão e análises nos processos de Políticas Públicas. Muitos livros se concentram nestes componentes.

Esta nova demanda de análise deve ser pensada em: quem tem a capacidade de realizar esta análise? Confiaria-se uma análise de utilidade pública por uma empresa privada? Quanto a segunda questão que trata do controle popular, as decisões serão sempre política. Porém, muitas vezes de interesse de um pequeno grupo.

Se no processo de Planejamento tem-se como primeiro passo a análise do ambiente, então se torna lógico afirmar que a análise e a reflexão sobre as informações disponíveis deve ser o primeiro passo na elaboração de Políticas Públicas.

Secchi (2016) aborda uma visão administrativa na análise de políticas públicas, o que seria mais racional, visto que a análise parte da separação de causas que geram o problema em análise.

“A análise de políticas públicas serve para tratar problemas públicos. analisar é separar em partes um fenômeno para conseguir entender o todo. um problema público é a distância entre o status quo (situação atual) e o que deveria ser a realidade pública (situação ideal possível) (sjöblom, 1984; secchi, 2013), ou seja, é uma situação indesejada para a qual a coletividade vislumbra uma possibilidade de melhoria. nas palavras de Dunn (1981, p. 98), problemas públicos “são valores, necessidades ou oportunidades não realizadas que, uma vez identificados, podem ser alcançados por meio de ação pública”. (Secchi, 2016, p. 27)

Por que este processo não funciona na maioria dos processos de elaboração de Políticas Públicas se todos os referenciais de Administração enfatizam este princípio? Existe disponibilidade de informações para poder ser realizado esta análise? Existem pessoas qualificadas e competentes para esta realização? Estas respostas devem ser medidas e avaliadas para descobrir a verdadeira razão de não ocorrer o processo correto na elaboração de Políticas Públicas.

Lindblom questiona: em que medidas se integram os dados, a lógica, as discussões racionais e a análise no processo de elaboração de Políticas Públicas? Em todo o sistema se recolhe dados, os analisa e após debatem.

Se este é o processo correto, é provável que a amplitude de informações para ocorrer a análise é extensa. Existem limites na quantidade de informações a serem analisadas? Dependendo da quantidade de informações que devem ser tabuladas e analisadas torna-se impossível a análise profunda em função de não haver tecnologia disponível para agilizar o processo de análise. A falta de dados que refletem a realidade também é outro obstáculo que anula esta etapa. Este fato já foi relatado no caso Presta Contas. Muitas vezes as decisões devem ter resposta rápida em função de agradar e atender uma determinada demanda onde não há a possibilidade de realizar uma análise profunda. Também podemos refletir que na democracia, onde todos tem a

liberdade de expor suas ideias, a análise teria um custo muito elevado em função da quantidade de variáveis que deveriam ser analisadas antes de estabelecer as Políticas Públicas. Então, respostas para questões fundamentais devem existir para que ocorra o processo correto, tais como: Onde as informações devem estar disponíveis? Quais as informações que devem estar disponíveis? Porque elas devem estar disponíveis? Para quem elas devem estar disponíveis? E, quando elas devem estar disponíveis?

Segundo Lindblom (1991), nos países desenvolvidos existe uma riqueza maior de informações porque existem várias organizações que disponibilizam as informações como Universidades, institutos de investigação entre outros. Também o fluxo das informações é mais eficaz devido à tecnologia aplicada. Como nos países mais pobres existe falta de investimento nesta coleta de dados e informações, as decisões carecem de informações para tomada de decisão com menor risco e menor tempo. Neste momento, pode-se perceber que existe a utilização das etapas e de processos de elaboração de Políticas Públicas. O que não existe ainda em países em desenvolvimento são as tecnologias e os grupos de interesse e de apoio, ou melhor dizendo, grupos que são responsáveis informalmente, ou seja, por vontade própria, controlam as ações governamentais e exigir transparência nas propostas políticas.

Conforme Lindblom, com o passar dos anos surgiram novas técnicas. Uma delas chama a atenção pois possui maior afinidade com técnicas administrativas utilizadas na atualidade. A técnica “análisis de políticas” focaliza as informações, discussões e análises. Segundo Lindblom:

“Em sua forma mais desenvolvida, a análise de políticas formula o problema como um todo, especificando os objetivos e outros valores, solicitando e avaliando as soluções alternativas e identificando a solução que melhor corresponde aos valores formulados.” (Lindblom, 1991, p. 23).

Quando se tem um problema que não é possível visualizar solução alguma, a melhor forma que existe atualmente é dividir este problema em várias partes possíveis de serem solucionadas. Pareto apud Ramos (1994, p.145) demonstra muito bem o método para solução de problemas. O Gráfico de Pareto surgiu de um estudo feito pelo economista e sociólogo italiano Wilfredo Pareto que, estudando problemas relativos à distribuição da riqueza em diferentes países, chegou na conclusão que poucos pontos

representam muito, em contra partida, muitos pontos representam muito pouco ou tem muito pouca influência no conjunto. Considerando este princípio, Juran apud Ramos (1994, p. 147), ressaltou “a importância de concentrar-se nas poucas e vitais fontes de problema”. A afinidade com a “análisis de políticas” é significativa. Percebe-se dessa forma, a necessidade de analisar as situações antes de propor Políticas Públicas.

Os limites da análise como alternativa de política segundo Lindblon: *“Por que, dados seus méritos óbvios, os governos não fazem mais uso das análises? Por que não menos política e mais análises? O que atrapalha?”* (Lindblon, 1991, p. 29).

Trata-se dos conflitos existentes entre a análise científica e os interesses políticos. Não é por falta de assessoramento que não são realizadas as análises. Mas sim, pelo fato de haver política. Obviamente, a análise não é infalível. Como analisar todos os efeitos que podem ocorrer em uma decisão? Pode-se se deparar com o excesso de informações ou informações insuficientes. Deve-se ponderar o excesso de informação e a insuficiência de informação. Nos deparamos com a capacidade desta ponderação. A competência e habilidade de escolher e qualificar as informações importantes para tomar decisões. As dificuldades aumentam em função da complexidade das necessidades bem como sua constante mutação. Trata também da ignorância dos que tem o poder de decisão em aceitar as análises científicas. Tomam decisões baseados apenas no empirismo.

Outra barreira que impede o sucesso da aplicação correta das análises são os conflitos de valores. Como podemos saber qual é a distribuição de renda adequada? Que critério justifica o uso da tecnologia que beneficia alguns e prejudica outros? Quando deveríamos sacrificar uma geração em benefício da próxima geração? Não existe critério para as respostas destas perguntas. A análise não alcançará uma conclusão.

A análise também tem dificuldade de equilibrar o tempo necessário para analisar com todos os dados disponíveis e o custo para esta análise. A maioria utiliza a análise elementar, pois as decisões não podem esperar. A maioria utiliza métodos mais simples. Através de eleições, votação pelo legislativo, definição de responsabilidades.

Independente da profundidade que se debaterá o conceito e a aplicação da análise, sempre haverá objeções e ideias favoráveis quanto sua aplicação. Cabe-se aqui motivar a constante discussão sobre o tema.

CONCLUSÃO

O debate sobre as dificuldades evidenciadas para elaboração de Políticas Públicas estará presente em todos os discursos, publicações científicas e artigos. Isso significa que onde houver um novo contexto, haverá uma nova análise da situação, ocorrendo eficácia ou não dos planos de ação aplicados para minimizar os problemas emergentes. Os meios que são utilizados para efetivar as Políticas Públicas são evidências das diferenças. A eficácia da aplicação de Políticas Públicas, para tomar decisões que causarão impacto no futuro, se refletirá nos resultados atingidos.

Este tema é fonte de riqueza e de oportunidades. Aqueles que se beneficiam dos resultados obtidos pela boa aplicação de Políticas Públicas, sabem melhor que ninguém o poder de tomar decisões com uma base bem fundamentada.

Em uma entrevista com Abram Lincon, o entrevistador perguntou: - “Sr, Lincon, como é que o senhor faria se lhe dessem dez horas para derrubar uma árvore?” - Lembrando que Abram Lincon, antes de ser Presidente dos Estados Unidos, foi lenhador – Ele respondeu: “Utilizaria nove horas para afiar o machado”.

A solução de qualquer problema sempre estará vinculada em como o problema será analisado e qual a abrangência das ações tomadas.

Os impactos das ações são imprevisíveis, podendo ser associado aqueles grupos que estão se beneficiando das ações, assim como, refletir em grupos que não possuem aparentemente nenhuma afinidade com o grupo beneficiado. A nós, cabe acompanharmos os resultados e as tendências das ações tomadas, para daí sim, tirarmos as conclusões das decisões tomadas.

No âmbito organizacional, as Políticas Públicas afetam diretamente nas decisões, visto que faz parte de uma variável externa. Sendo variável externa, é possível apenas analisarmos tendências futuras que podem impactar de forma direta ou

indireta no contexto organizacional. No entanto, é imprescindível o conhecimento das possibilidades de análise para ampliar a assertividade na tomada de decisões. Isso significa se ter consciência que as decisões na esfera de Estado são de difícil previsibilidade, mas, entendendo os bastidores, as chances são maiores de uma análise mais profunda e mais próxima da realidade futura.

REFERÊNCIAS

AFONSO, José Roberto Rodrigues. **Keines, crise e política fiscal**. Saraiva, São Paulo. 2012.

COIMBRA, Marcos Antonio. **Abordagens Teóricas ao Estudo das Políticas Sociais**. 1989.

LINDBLOM, Charles E. **El Proceso de Elaboración de Políticas Públicas**. Grupo Editorial Miguel Angel Porrúa, México. 1991.

Marconi, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos; atualização da edição João Bosco Medeiros. - 9. ed. - São Paulo : Atlas, 2021.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e desenvolvimento**. Zahar, Rio. 1963.

MOREIRA, Adriano. **Ciência Política**. Edições Almedina, Coimbra. 2014.

PAIVA, Maria Jeanne Gonzaga de. **Capitalismo, trabalho e política social**. Blucher, São Paulo. 2017.

RAMOS, Elival da Silva. **A inconstitucionalidade das Leis**. Saraiva, São Paulo. 1994.

ROOM, G. **The Sociologi of Welfare: Social Policy. Stratification and Political Order**. Oxford, Basil Blackwell – Martin Roberson 1979.

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas : diagnóstico de problemas, recomendação de soluções** / Leonardo Secchi. -- São Paulo : Cengage Learning, 2016.

Walliman, Nicholas **Métodos de pesquisa** / Nicholas Walliman; revisão técnica de Patricia Viveiros de Castro Krakauer; tradução de Arlete Si- mille Marques. – São Paulo: Saraiva, 2015.